

Implantação do regime parlamentarista com eleição direta do presidente da República, em dois turnos, para mandato de 4 anos, a partir de 15 de novembro de 1988. Esta é uma das propostas contidas no relatório do senador José Fogaça sobre a organização do Poder Executivo. No regime classificado pelo relator de "neo-parlamentarismo", os ministros serão aprovados pelo Congresso e o presidente poderá dissolver o Parlamento, sendo esta uma das características do que poderá ser o perfil da futura Constituição, a partir dos relatórios das subcomissões. Várias adiarão a divulgação de seu parecer para hoje.

No novo regime proposto, o presidente da República terá competência de nomear o primeiro-ministro e o Conselho de Ministros, mediante consulta aos partidos e submetidos os nomes a aprovação do Congresso. Caso haja rejeição de dois nomes indicados para primeiro-ministro, o presidente da República pode dissolver a Câmara, mas haverá mecanismos constitucionais que facilitam o diálogo e o consenso, a fim de evitar nomeações por interesse político ou pessoal. Nova eleição da Câmara ocorrerá no prazo de 60 dias. O orçamento também será da competência do presidente da República, e outra inovação será a aprovação, pelo Senado, por exemplo, dos ministros do STF e TCU.

O relatório do senador José Fogaça baseou-se em mais de 200 sugestões, havendo maior consenso sobre a eleição direta para a Presidência da República e a implantação de um regime que proporcione estabilidade política, recaindo a escolha sobre o parlamentarismo, apesar da tradição histórica favorável ao presidencialismo. O regime previsto no relatório propõe a criação do Conselho da República, formado pelo presidente e vice, primeiro ministro, presidentes da Câmara, Senado e líderes da maioria e minoria, mais seis representantes da sociedade, e funcionará como órgão consultivo para decisões do Estado, como a dissolução da Câmara. O regime proposto, nos termos

CONSTITUINTE

A proposta de parlamentarismo, ganhando força no Congresso.

do relatório, será adaptado aos governos estaduais, mas o detalhamento será definido pela comissão de Organização dos Estados.

12 MAI 1987

Uma proposta mais radical foi apresentada pelo relator da subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, deputado Francisco Rossi (PTB-SP): ele quer diretas para presidente 90 dias após a promulgação da nova Constituição, juntamente com a renovação do Senado e da Câmara dos Deputados, todos para mandato de quatro anos (permitindo-se a reeleição para o presidente da República). O relator sugere, ainda, a adoção do sistema distrital misto para deputados federais.

Limitação dos juros

Na área econômica, a subcomissão do Sistema Financeiro propôs a limitação constitucional dos juros ao limite máximo de 12 por cento, e redução drástica dos poderes do Conselho Monetário Nacional, ou ainda a criação de oito novos Estados, e a criação de uma comissão especial para estudar a redivisão territorial no País. A Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira sugeriu a divisão da receita do País de maneira diretamente proporcional à população das macrorregiões geográficas, e inversamente proporcional à renda, a fim de que os repasses sejam maiores para os Estados mais carentes.

Os pareceres dos relatores se basearam em estudo de quase 10 mil propostas apresentadas pelos constituintes, as mais variadas, como a desativação das usinas nucleares de Angra dos Reis, e a proibição da construção de outras, além da estatização dos serviços de saúde e proibição da propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas. Há ainda sugestões para que os municípios sejam regidos por cartas próprias e, âmbito do Legislativo, o fortalecimento das comissões técnicas; que passariam a ter mais importância do que os trabalhadores do plenário. Um dos temas mais polêmicos, o papel dos militares, recebeu 240 sugestões — a maioria de origem conservadora e destinada a manter o atual sistema.

Mais de 80% das 1.394 propostas recebidas pela subcomissão dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos defenderam praticamente os mesmos pontos: direito irrestrito "a greve, liberdade e autonomia sindicais, estabilidade no emprego, jornada de 40 horas de trabalho, proibição de locação de mão-de-obra, aposentadoria aos 25 anos para a mulher e aos 30 anos para o homem (e menor nos trabalhos perigosos e insalubres), obrigatoriedade de concurso para ingresso no serviço público e definição do salário mínimo "capaz de atender efetivamente às necessidades do trabalhador".

Reforma agrária

Vincular o direito de propriedade de imóvel a uma obrigação social; limitar o tamanho da propriedade, deixando os imóveis acima de 180 hectares sujeitos à desapropriação por interesse social; e fixar a indenização nas desapropriações ao valor declarado pelo proprietário ao Inbra — e não a partir de uma avaliação a preço de mercado. Esses são alguns dos pontos que constam do esboço do relatório preparado pelo relator da subcomissão de política Agrícola e Reforma Agrária, Oswaldo Lima Filho. O relator é contrário a que se vincule a reforma agrária à política agrícola, embora admita que elas se completam.